



Notícias da Paz

Conselho Português para a Paz e Cooperação

Setembro/Novembro 2013

Mais força ao movimento da Paz

Ao longo deste último ano, o Conselho Português para a Paz e Cooperação reforçou-se com a adesão de novos aderentes, a criação de mais núcleos, como em Évora e Moura, a realização de numerosas e diversificadas acções em mais zonas do País, com destaque para o Porto, Coimbra, Lisboa, Seixal e Alentejo.

Como se pode ver nas páginas deste «Notícias da Paz», e na página do Conselho Português para a Paz e Cooperação no facebook, foram igualmente numerosas as tomadas de posição públicas, por iniciativa própria, ou em colaboração com outras organizações, sobre questões importantes para a defesa da Paz.

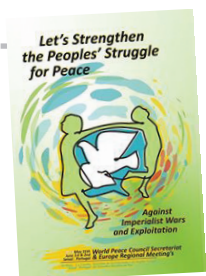
Foi também em Portugal, por proposta do CPPC, que se realizaram, no Seixal, entre 31 de Maio e 2 de Junho, importantes iniciativas internacionais do Conselho Mundial da Paz, as quais beneficiaram do precioso apoio e da excelente cooperação da Câmara Municipal do Seixal e da Associação de Municípios da Região de Setúbal.

É no seguimento desta intensa actividade que já se está a programar a realização da XXIV Assembleia da Paz, a 7 de Dezembro, em Lisboa, sob o lema «Construir a Paz com os valores de Abril». Será um momento da maior importância na vida do CPPC, apelando-se, desde já, à participação de todos, com propostas e sugestões para o programa de acção e

intervenção futura do CPPC, para a mobilização dos aderentes e de todos os amantes da Paz, visando o reforço do movimento da Paz em Portugal e no mundo, o que assume particular importância no momento particularmente grave que vivemos.

A si, que nos está a ler e que defende a Paz, solicitamos que nos contacte, que nos envie as suas opiniões e sugestões para o reforço do movimento da Paz e que adira ao CPPC, se ainda o não fez. Pela Paz, todos não somos demais.





Portugal recebeu reuniões do Conselho Mundial da Paz

A Paz construímo-la todos

Decorreram em Portugal, mais propriamente no Seixal, entre 31 de Maio e 2 de Junho, importantes iniciativas internacionais do Conselho Mundial da Paz (CMP): a primeira reunião do seu Secretariado e a segunda reunião da Região Europa após a última assembleia do CMP, realizada em Katmandu, no Nepal, em Julho de 2012.



Coube ao Conselho Português para a Paz e Cooperação acolher e participar na organização destas importantes reuniões, tendo beneficiado do precioso apoio e da excelente cooperação da Câmara Municipal do Seixal e da Associação de Municípios da Região de Setúbal, as quais também participaram, com o CPPC, na organização do Fórum regional *Região de Setúbal: pelo desenvolvimento, pela solidariedade e pela paz*.

Participaram nas iniciativas muitas organizações do Conselho Mundial da Paz, vindas de diversos continentes e de cerca de vinte países. Aqui estiveram delegações do Brasil, Cuba, Venezuela, EUA, Nepal, Turquia, Irão, Palestina, Congo, Chipre, Grécia, Finlândia, Noruega, Alemanha, Espanha, Dinamarca, Irlanda, Bélgica e Letónia. Marcaram também presença a presidente, o secretário-geral e o secretário executivo do Conselho Mundial da Paz. Outras quatro organizações, cuja presença chegou a estar confirmada, acabaram por não estar presentes, por razões de força maior, incluindo questões de atraso nos vistos, como aconteceu, por exemplo, com o representante do Líbano.

Pelo desenvolvimento, pela solidariedade e pela paz!

Entretanto, no Fórum regional, além dos membros de organizações e movimentos da paz que integram o Conselho Mundial da Paz e dos parceiros na sua organização – CPPC, Câmara Municipal do Seixal e Associação de Municípios da Região de Setúbal – participaram organizações que, pelos seus objectivos e intervenção, se debruçam sobre as questões do desenvolvimento, da solidariedade e da paz. Foram os casos, entre outros, da CGTP-IN, do MDM, da ID, da Interjovem e da JCP, além dos embaixadores de Cuba e da Palestina, de representantes da embaixada da Venezuela e do Representante da Frente Polisário, do Saara Ocidental. Houve igualmente lugar a intervenções dos representantes de movimentos da Paz da Venezuela, da Turquia, de Chipre e da Palestina, os quais trouxeram as informações mais recentes da evolução da situação nos seus países e da luta dos seus povos pela paz.

Estas iniciativas, que se revestiram de grande importância para o reforço do

movimento da paz e a luta por um mundo mais justo, de progresso social, de desenvolvimento e da paz, decorreram num momento particularmente complexo da situação internacional, em que se sucedem guerras de agressão, ameaças e bloqueios, se promove a corrida aos armamentos, a proliferação de bases e instalações militares e se põe frontalmente em causa o direito dos povos a decidirem livremente do seu destino, como salientou Ilda Figueiredo, em nome da direcção do CPPC.

De igual modo, Socorro Gomes, presidente do CMP, salientou a importância destas iniciativas, tanto mais quanto «se observa, no mundo, o agravamento das crises económicas e políticas, a intensificação das acções intervencionistas e guerreiras das forças imperialistas, continuadas e graves ameaças à paz e violações dos direitos dos povos». Por sua vez, o presidente da Câmara Municipal do Seixal e da Associação de Municípios de Setúbal, Alfredo Monteiro, depois de dar as boas vindas aos participantes, referiu-se ao empenhamento do município e da região de Setúbal no desenvolvimento, na solidariedade e na paz, dando exemplos da actividade desenvolvida, incluindo no âmbito da educação para a paz.

Foram temas presentes nos diversos debates a crise do capitalismo, que intensifica a exploração e o desemprego, semeia a fome e a miséria, o recrudescimento do militarismo, sobretudo dos EUA, da NATO e dos seus aliados na União Europeia; a cada vez mais frequente ingerência das potências económicas e militares em diversos países, pondo em causa a sua soberania económica e política, salientando-se a situação no Médio Oriente, com destaque para a Síria e a Palestina, sem esquecer o Irão e o Líbano.

Como também foi salientado por vários dos intervenientes nas diversas iniciativas, acumulam-se factores favoráveis ao aumento das lutas dos povos, que se intensificam em muitos lados, levando ao surgimento de novos actores na cena internacional, designadamente governos progressistas. Estes são facto-



res que desempenham um papel positivo na evolução da situação actual, na luta contra a exploração dos trabalhadores e outras camadas da população,

contra as agressões e ingerências estrangeiras, na luta pela justiça e o progresso social, pela soberania dos povos e pela paz.

Mais força à luta pela Paz na Europa

Na reunião da Região Europa, da qual o CPPC é coordenador, participaram 12 organizações do movimento da paz europeu, vindos da Alemanha, Chipre, Espanha, Irlanda, Grécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Bélgica, Letónia, Turquia e Portugal. Outras quatro que se tinham inscrito para vir, de França, Sérvia, Geórgia e Ucrânia, não puderam comparecer. Estiveram ainda presentes o secretário-geral e o secretário executivo do Conselho Mundial da Paz (CMP).

Cumprindo o seu papel de coordenação dos movimentos da Paz desta região, o CPPC enviou previamente para todas as organizações um conjunto de documentos, incluindo contributos para um relatório, propostas de moções e de iniciativas que, conjuntamente com outras propostas, estiveram em debate nos trabalhos que decorreram em Portugal. Ilda Figueiredo, que representou o CPPC nessa reunião, dirigindo os trabalhos, chamou a atenção para as sérias ameaças à paz existentes em diferentes regiões do mundo, incluindo na Europa, com a crescente agressividade do imperialismo e das suas diversas componentes, designadamente a NATO, os EUA e a União Europeia. Ilda Figueiredo realçou ainda a vontade da organização a que preside em contribuir para ultrapassar dificuldades de funcionamento do CMP, de forma a garantir que a partir de então este estivessem em melhores condições para uma dinâmica de colaboração e convergência em torno das graves ameaças à paz que estão na ordem do dia.

Nas conclusões sobre iniciativas a desenvolver, manifestou-se acordo relativamente a propostas já aprovadas no Secretariado, nomeadamente:

- uma campanha contra a NATO, inserida numa visão mais vasta – «Não ao militarismo e à guerra: por um Mundo de Paz» – a culminar com uma iniciativa a realizar em Abril de 2014;
 - uma campanha que tenha por base a exigência do cumprimento dos princípios das relações entre os estados inscritos na Carta das Nações Unidas, como o respeito pelas fronteiras e integridade territorial dos estados e pelo seu direito à soberania e independência; a não intervenção nos assuntos internos dos outros países e o fim de todas as formas de opressão e exploração nas relações entre estados.
- Reafirmada foi a necessidade de reforçar o Conselho Mundial da Paz, o que requer o fortalecimento de cada uma das suas organizações-membro e da sua acção coordenada no espírito dos princípios que deram origem, há quase 65 anos, ao Conselho Mundial da Paz.



Contra o militarismo e a guerra

Estes dias de debates foram um importante contributo para as conclusões da reunião do Secretariado do CMP. Entre as conclusões aprovadas, foram definidas campanhas e acções a levar a cabo nos próximos meses. Entre as campanhas e acções definidas, destacam-se:

- Celebração dos 65 anos da fundação do Conselho Mundial da Paz, com um plano específico de acções;
- Campanha Internacional pela dissolução da NATO, a culminar no dia 4 de Abril de 2014 (65.º aniversário da NATO);
- Organizar eventos assinalando os 100 anos do início da I Guerra Mundial;
- Iniciativa Judicial Internacional de Crimes de Guerra, pelos crimes contra o povo da Síria, a realizar na Turquia;
- IV Encontro Trilateral dos Movimentos da Paz da Grécia, Turquia e Chipre a ser realizado em Creta (Grécia) em Outubro de 2013;
- I Trilateral de Marchas da Paz pelos Movimentos da Paz da Índia, Paquistão e Bangladesh (de Lahore a Delhi e de Daca a Delhi) culminando num comício em Nova Delhi em Outubro de 2013;
- IV Encontro Trilateral dos Movimentos da Paz do México, Canadá e EUA, tendo como convidada Cuba, a realizar na Cidade do México durante o primeiro trimestre de 2014;
- III Seminário Internacional para a abolição das Bases Militares a realizar na província cubana de Guantánamo de 18 a 20 de Novembro de 2013.

Nos dias 6 e 9 de Agosto de 1945, na fase final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América decidem unilateralmente bombardear as cidades japonesas de Hiroxima e Nagasáqui com uma nova e a mais destruidora arma até então usada em qualquer conflito militar: a bomba atómica. Os seus efeitos foram devastadores – centenas de milhares de vítimas, destruição da quase totalidade das infra-estruturas existentes, um rasto de sequelas com origem nas radiações emitidas que provocaram alterações sanguíneas, doenças cancerígenas e más formações congénitas que perduram até aos dias de hoje.

Este acto bárbaro, que mereceu o repúdio de largos sectores da opinião pública a nível mundial, levou a uma enorme mobilização de vontades, de entre as quais se destaca o *Apelo de Estocolmo* lançado pelo Conselho Mundial dos Partidários da Paz, em 1950: este Apelo exigia a proibição absoluta das armas atómicas; o estabelecimento de um rigoroso controlo internacional que assegurasse a aplicação das medidas de interdição; o reconhecimento público de que o primeiro governo que viesse a usar a arma atómica, não importando contra que país, teria cometido um crime contra a Humanidade e deveria ser considerado criminoso de guerra.

Com a recolha de centenas de milhões de assinaturas, o *Apelo de Estocolmo* assumiu-se como uma campanha de massas sem precedentes e contribuiu para que bombardeamentos como os de Hiroxima e Nagasáqui não se tenham voltado a repetir, ainda que, ao longos destes 68 anos, diversas tenham sido as vezes em que os Estados Unidos da América ameaçaram usar armas deste tipo sobre populações – caso da Guerra da Coreia.

O *Apelo de Estocolmo* e a campanha que se seguiu foram um importante contributo para que, em 1970, viesse a ser aprovado o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – TNP – ratificado, até hoje, por 189 Estados. Contudo, os acordos alcançados até hoje – ABM/Tratado contra os Mísseis Balísticos (1972); CTBT/ Tratado para abolição dos ensaios nucleares (1966); ou o novo START/ Tratado da Redução das Armas Estratégicas – foram manifestamente insuficientes para afastar os riscos de um conflito nuclear.

Recordando Hiroxima e Nagasáqui

Não às armas nucleares



Uma causa do nosso tempo

O desenvolvimento de armas nucleares, táticas e estratégicas, e os sistemas de defesa antimíssil representam um perigo real. A Humanidade continua, pois, ameaçada por armas nucleares e de destruição massiva, incomensuravelmente mais potentes que as lançadas sobre Hiroxima e Nagasáqui.

Segundo um recente estudo do SIPRI, Instituto sediado em Estocolmo, Suécia, divulgado no início de 2013, oito estados – Estados Unidos, Rússia, França, Grã-Bretanha e China, Índia, Paquistão

e Israel (estes três últimos que não aderiram ao TNP) – detinham um total de 17 270 ogivas nucleares, das quais 4 400 armas nucleares operacionais. Destas últimas, duas mil são mantidas em estado de elevado alerta operacional.

Também do ponto de vista económico e social, os custos deste arsenal nuclear são um pesado fardo para toda a Humanidade, sobretudo num momento em que, à boleia da «crise», se impõe um desemprego esmagador, a recessão económica, a redução do poder de compra e a diminuição das funções sociais do Estado.



Como refere a Declaração Política da Assembleia do Conselho Mundial da Paz, realizada no Nepal em Julho de 2012, a luta pela abolição das armas nucleares assume, tal como na década de 50 do século passado, uma premência que deve mobilizar todos os que lutam por um mundo de Paz, Progresso e Justiça Social.

Em Portugal, as Campanhas pela Abolição das Armas Nucleares, sob a égide ou o impulso do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) e de outras componentes do Movimento da Paz, têm uma história

de décadas. Relançar uma nova campanha, através de um abaixo-assinado a ser subscrito a nível mundial, foi uma das decisões da reunião do Secretariado do Conselho Mundial da Paz, realizado a 31 de Maio e 1 de Junho deste ano em Portugal, mais concretamente no concelho do Seixal.

Dar corpo a esta decisão é, pois, uma tarefa de todos os que se batem com determinação e firmeza por um mundo de paz, livre de Armas Nucleares. Esta é uma das melhores formas de recordarmos as vítimas de Hiroxima e Nagasáqui.

Apelo do CMP

A propósito do 68.º aniversário do bombardeamento nuclear de Hiroxima e Nagasáqui, respectivamente a 6 e 9 de Agosto de 1945, o Conselho Mundial da Paz lançou um «Apelo para a abolição de todas as armas nucleares». Nesse apelo, lembra-se os 200 mil civis inocentes que morreram fruto dos bombardeamentos nucleares, cujos efeitos devastadores permanecem nos dias de hoje. Acusando os EUA de se recusarem – quase sete décadas depois – a aceitar a «natureza criminosa» dos bombardeamentos e recompensar as vítimas, o Conselho Mundial da Paz rejeita também a pretensa «necessidade militar» dos ataques. Estes, esclarece o CMP, não surgiram de qualquer «necessidade militar», visando sim «estabelecer a supremacia militar do imperialismo americano sobre o resto do mundo». Tanto assim foi, prossegue o CMP, que desde o final da Segunda Guerra Mundial, o governo dos EUA utilizou várias vezes o seu arsenal nuclear para «ameaçar, intimidar e chantagear muitos estados nucleares ou não nucleares».

Lembrando que existem actualmente «mais de 20 mil ogivas nucleares armazenadas em instalações militares em todo o planeta, com muitos milhares instaladas em bases militares e em frotas aero-navais, prontas a serem utilizadas», o Conselho Mundial da Paz repudia que os EUA mantenham na sua doutrina militar o direito de utilizar as armas nucleares num primeiro ataque contra estados e «agentes» não nucleares.

Para que a sobrevivência da Humanidade seja garantida, acrescenta o CMP, há que acabar com as armas nucleares e de destruição massiva, sendo para isso fundamental cumprir um conjunto de exigências: pôr fim às guerras imperialistas de agressão, respeitando a soberania e a integridade territorial dos estados; respeitar os princípios da Carta das Nações Unidas e a Acta Final da Conferência de Helsínquia; acabar com as ameaças do uso de armas nucleares, com os ensaios e o desenvolvimento de novas armas; estabelecer um compromisso universal para a interdição de todas as armas nucleares e de destruição massiva; promover a desmilitarização das relações internacionais e o desarmamento global e controlado.

Em Portugal, subscreveram este apelo o CPPC, a Associação de Amizade Portugal-Cuba, a Intervenção Democrática, a Juventude Comunista Portuguesa, a Mó de Vida, o Movimento Democrático de Mulheres, a Interjovem, a CGTP-IN e as federações e sindicatos FESAHT, Fiequimetal, STEFFAS, STAL (Setúbal) e Sindicato de Hotelaria do Sul.

Contrário à Constituição de Abril

O n.º 2 do artigo 7.º da Constituição da República Portuguesa estabelece que «Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos».

Pelo contrário, no Conceito Estratégico de Defesa Nacional, todo ele orientado – de forma assumida, aliás – pelos vectores estratégicos do bloco político-militar da NATO e da União Europeia estabelece-se como objectivo nacional permanente a



«contribuição para o fortalecimento da coesão da UE e da NATO» (V – Contexto Nacional, n.º 3). Logo a seguir, considera-se como linhas de acção estratégica a reafirmação da «importância estratégica

da inserção de Portugal na NATO» (VI-Conceito de acção estratégica nacional, 1.1) e a intensificação do relacionamento com a NATO, participando no seu «processo de transformação» e «defendendo a articulação estratégica» entre a NATO e a União Europeia (1.2). Este «processo de transformação» é o que resulta do Tratado de Lisboa, que representou o alargamento da área de intervenção da NATO e o reforço da sua capacidade militar.

Não seria preciso dizer muito mais para deixar claro o completo desrespeito pela Constituição da República Portuguesa que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional consubstancia: aquela preconiza a dissolução dos blocos político-militares (logo, da NATO); este o seu fortalecimento e a intensificação do relacionamento do País com essa estrutura. Vale a pena, agora, transcrever o n.º 3 do artigo 3.º da Constituição: «A validade das leis e dos demais actos do Estado, das regiões autónomas, do poder local e de quaisquer outras entidades públicas depende da sua conformidade com a Constituição.»

Esta Constituição que foi já sofreu sete revisões – todas para a esvaziarem dos valores de Abril – e que mesmo assim continua a ser letra-morta para aqueles a quem o povo português mandou para a cumprirem e fazerem cumprir, sob juramento. Não é possível construir o futuro do País alicerçado em actos fora da Lei Fundamental do País e a defesa da Paz não se faz com estratégias de domínio universal pela força das armas. É urgente reencontrarmo-nos nos valores de Abril.

Bases militares no estrangeiro

Uma realidade bem visível

Existem hoje largas centenas de bases militares, dos mais variados tipos, situadas em solo estrangeiro. Destas, mais de 95% pertencem aos Estados Unidos da América (estudos datados de Fevereiro deste ano indicam que os EUA possuem mais de mil bases em todos os continentes, que vão desde as pequenas bases de vigilância, espionagem e rastreio às carregadas de soldados e material de guerra diverso, armas nucleares incluídas). A NATO tem 30 bases militares espalhadas pela Europa, a que se somam as actualmente existentes no Afeganistão e, mais recentemente, tem acesso às bases militares da Colômbia.

O Reino Unido e a França têm também bases espalhadas por diversos países. Quanto à Rússia, para além das existentes nos países saídos da extinta União Soviética, possui apenas uma base em Tartus, na Síria. Será adequado lembrar que a frota russa existente no Mar Negro está dependente de autorizações da Turquia, país da NATO, para ultrapassar o Estreito do Bósforo e assim atingir o Mediterrâneo.

Já a China, outro dos «actores» mundiais – até porque conta com assento permanente, e com direito a veto, no Conselho de Segurança das Nações Unidas –, não tem qualquer base militar fora do seu território nacional.

Desde tempos remotos que os sucessivos impérios se criaram e mantiveram através da força militar, impondo aos povos conquistados duras penas, com um cortejo de selvajaria, destruição, rapina e privação de liberdade, quando não da sujeição à escravatura. Hoje, apesar de uma situação bem diversa desse passado histórico, os EUA e os seus aliados possuem uma força destruidora jamais vista: dominam continentes, criaram comandos militares para cada continente, possuem bases em mais de 150 países, actuando muitas vezes através de governos cleptocráticos, verdadeiros lacaios locais dos novos senhores.

Com tais bases militares, os EUA cercam, hoje, todos os centros de recursos naturais escassos e não recicláveis, que vão desde os hidrocarbonetos à água doce, passando pelos locais onde a biodiversidade é a riqueza maior, muita da qual ainda por descobrir. Assim se explica as bases militares instaladas por todo o Globo.

Armistício na Coreia foi há 60 anos

Garantir a soberania, defender a Paz

No dia 27 de Julho de 1953, foi assinado o armistício que pôs fim à Guerra da Coreia, ditando a divisão daquela milenar nação asiática, que se mantém nos dias de hoje. Para trás ficavam três anos de uma violenta guerra – travada pelos Estados Unidos da América e o governo pró-ocidental por ele instalado no Sul da Península coreana, por um lado, e a República Democrática Popular da Coreia, do outro – marcada não só por uma imensa desproporção de meios, como pela sucessão de massacres sobre a população civil e a utilização de armamento biológico por parte dos EUA. No final da guerra, que o mais poderoso exército do Mundo não logrou vencer, milhões de coreanos tinham morrido e dezenas de cidades, vilas, aldeias, fábricas e infra-estruturas do Norte tinham sido totalmente arrasados.

Na origem desta guerra esteve a ingerência norte-americana e a sua recusa em deixar aos coreanos a decisão sobre o seu futuro: na sequência da derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, em Agosto de 1945, ficou acordado entre a União Soviética e os Estados Unidos que aquela libertaria da brutal ocupação japonesa a parte Norte da Península (até ao paralelo 38) e os segundos a parte Sul, o que efectivamente sucedeu. Em 1948, cumprindo o estabelecido, a União Soviética abandonava a Coreia, enquanto que os Estados Unidos da América permaneceram a Sul do paralelo 38, impedindo a realização das eleições gerais previstas e eternizando o que deveria ser provisório: a divisão do país.

Hoje, 60 anos depois da assinatura do armistício (que não chegou a ser nunca um acordo de Paz), o exército norte-americano permanece em força na Coreia do Sul, com um contingente militar de mais de 30 mil homens e poderoso e sofisticado armamento, incluindo nuclear. É esta presença militar dos EUA na Coreia, e um pouco por toda a região



Ásia/Pacífico, o principal factor de bloqueio à reunificação pacífica da Coreia.

Exigências actuais

O que está em causa nesta região não é, como os grandes meios de comunicação pretendem fazer crer, a natureza dos regimes que vigoram em cada uma das metades da Coreia. O que se sabe acerca deles é, aliás, muito pouco e tantas e tantas vezes deturpado ao sabor de inimagináveis interesses. Mais do que exigir a claudicação de uma das partes, importa criar as condições para que os coreanos, sem ingerências nem pressões externas, possam resolver os seus diferendos e unificarem a sua pátria, dividida há tempo de mais por razões que lhe são totalmente alheias. Tal desígnio só será possível com a retirada imediata das forças norte-americanas da Península da Coreia, com o fim da ingerência, das pressões e das sanções sobre a República Democrática Popular da Coreia.

No que respeita à desnuclearização da Península da Coreia, ela não pode

ser vista de forma unilateral, deixando de fora dessa exigência o país que, não só foi o único até ao momento a ter recorrido às armas nucleares, como possui o mais sofisticado arsenal, instalado fora do seu território e pronto a ser utilizado em qualquer parte do mundo em poucos instantes: os Estados Unidos da América.

Há que recordar, aliás, que mesmo antes de a RDPC dar início ao seu programa nuclear, já os EUA a tinham colocado no «Eixo do Mal», juntamente com o Irão e o Iraque, e já então faziam exercícios militares conjuntos com a Coreia do Sul, tantas vezes simulando um ataque à Coreia do Norte. E há que ter sempre presente o que sucedeu ao Iraque e à Líbia, dois países que acordaram com os EUA – e cumpriram – o abandono dos seus programas nucleares.

Como o CPPC desde sempre defendeu, só o desarmamento geral, simultâneo e controlado pode contribuir decisivamente para desanuviar a tensão existente na Península da Coreia, bem como noutros pontos do Mundo.

7 de Dezembro, em Lisboa

XXIV Assembleia da Paz

Cumprem-se, no fim deste ano, dois anos de mandato dos actuais corpos sociais do CPPC. Os preparativos já começaram para que, a 7 de Dezembro, em local ainda a determinar em Lisboa, se possa realizar a XXIV Assembleia da Paz, sob o lema «Construir

a Paz com os valores de Abril».

Nesta assembleia serão eleitos os corpos sociais para o biénio seguinte, e debatidos e votados os documentos que orientarão a intervenção e acção do CPPC ao longo desse período.

Momento de importância central na

vida do CPPC em que todos poderão contribuir para o debate em torno da temática da Paz e ajudar a reforçar o CPPC, reforçar o movimento da Paz em Portugal e no mundo, a levar mais longe os ideais e a construção de um mundo mais justo, mais fraterno, um mundo de Paz.

Intensa actividade

Nos últimos meses o CPPC realizou um conjunto vasto e diversificado de acções e fez-se representar em iniciativas promovidas por outras organizações e estruturas, sempre com o objectivo de reforçar e alargar o movimento da Paz em Portugal. Especial destaque, pelo simbolismo e pelas perspectivas de futuro que abre à acção do CPPC, merece a constituição do núcleo de Évora, que ocorreu em Abril.

No Porto, o núcleo do CPPC realizou uma intensa actividade, de que se destaca a promoção de debates e a conclusão, com enorme êxito, do ciclo de cinema «Paz em Ciclo», com os filmes *As Flores da Guerra*, sobre o massacre de Nanquim, e *«Sal da Terra»*, relativo à luta dos trabalhadores latino-americanos para terem os mesmos direitos dos naturais dos EUA. Em Beja e Moura, os núcleos do CPPC realizaram debates públicos sobre Abril e a Paz, que contaram com a participação de Ilda Figueiredo. Em Coimbra, tal como no Porto e em Lisboa, o CPPC fez-se representar nos desfiles e manifestações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

A estrutura central do CPPC também esteve bastante activa, desdobrando-se em diversas iniciativas, próprias ou de outros, e em tomadas de posição relativas a questões importantes para a defesa da Paz, como a solidariedade com os povos da Palestina, Cuba, Saara Ocidental, Chipre, Turquia e Síria; a rejeição do acordo firmado entre a NATO e a Colômbia e a reclamação da extinção deste bloco político-militar, entre muitas outras questões. Nestes meses, o CPPC promoveu ou participou em debates, sessões e acções públicas sobre: a Constituição de Abril e a Paz; a revolução bolivariana; o aniversário da Batalha de Stalinegrado; a juventude e a Paz; o 40.º aniversário da Frente Polisário. O CPPC foi também promotor da concentração realizada junto à Embaixada da Turquia em Lisboa exigindo o fim da repressão sobre os protestos populares naquele país e do acto público de recepção ao presidente da Venezuela, Nicolas Maduro. O CPPC enviou ainda saudações à II Conferência de Mulheres Sarauis, realizada em Argel em Abril; à Conferência Internacional de Solidariedade com o Povo Sírio, também em Abril, mas na Turquia, e à manifestação de 23 de Maio e à greve geral de 27 de Junho, promovidas pela CGTP-IN.



Acampamento pela Paz

Realizou-se entre 26 e 28 de Julho, na Barragem do Maranhão, em Avis, a quarta edição do Acampamento pela Paz. Esta iniciativa, promovida pelo Comité Nacional Preparatório do 18.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes (que se realiza este ano em Quito, no Equador, com o lema «Juventude unida contra o imperialismo, por um mundo de paz, solidariedade e transformação social»), contou com o importante apoio da Câmara Municipal de Avis.

Foram três dias de debate, convívio, animação, cultura, música, cinema, desporto, workshops, uma visita à Feira Franca de Avis e a pintura de um mural alusivo ao 18.º FMJE.

Das diversas actividades, destaca-se a participação do CPPC no debate sobre «A luta anti-imperialista e o 18.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes», através do seu vice-presidente José Baptista Alves. Interveio ainda nesse debate Duarte Alves, dirigente da Juventude Comunista Portuguesa. Nesse importante momento foram abordados temas como o imperialismo e a sua acção contrária aos direitos da juventude e dos povos, o valor das conquistas da Revolução de 25 de Abril de 1974 e como estas devem ser defendidas por todos, particularmente pelos jovens, como forma de resistência à tentativa da sua destruição.



Conselho Português para a Paz e Cooperação

Rua Rodrigo da Fonseca, 56 - 2.º 1250-193 Lisboa Portugal Tel. 21 386 33 75 email:conselhopez@cpc.pt www.cpc.pt

Visita e adere à nossa página do Facebook